

“Não vamos deixar que se jogue fora o novo Brasil”, diz FHC

7 FEV 2002

Taciana Collet
De Brasília

Ao traçar ontem as metas para os últimos onze meses de mandato e fazer um balanço de suas principais realizações em sete anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez questão de dizer a ministros, presidentes de estatais e líderes políticos que reuniu no Palácio do Planalto que as eleições não vão interferir na condução da política econômica. Garantiu que, enquanto estiver no governo, a inflação será mantida sob controle, mesmo que haja pressões. “Não haverá campanha eleitoral que altere os objetivos centrais do país”. FHC avisou que vai tratar as eleições como um fato normal da democracia e que seria “ridículo” pensar em utilizar a máquina estatal na campanha eleitoral. Da equipe de governo, pelo menos 13 ministros serão candidatos.

O presidente prestou contas detalhadas das realizações dos sete anos de governo e mostrou-se preocupado com a continuidade do trabalho. “É preciso avançar mais, mas não dizer ‘joga fora tudo que está aí’. Não vamos deixar jogar fora o novo Brasil”.

No pronunciamento de duas horas transmitido ao vivo, FHC garantiu que vai trabalhar como se estivesse no início do mandato e cobrou a mesma disposição do Congresso. Na lista dos projetos prioritários do governo, está a proposta que prorroga até 2003 a CPMF. O presidente disse que o projeto tem de estar aprovado até março para que não haja perda na arrecadação e anunciou que haverá a isenção para a Bolsa de Valores.

Entre as prioridades estão ainda a revisão da Lei de Falências, a uniformização do ICMS, o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e várias propostas na área de segurança. O presidente defendeu a aprovação da emenda constitucional que permite a regulamentação do artigo 192 da Constituição (Sistema Financeiro Nacional), o que abre espaço para autonomia do Banco Central e do projeto que autoriza os Estados e Municípios a criarem fundos de previdência complementar para os servidores públi-

cos. FHC lembrou que os Estados estão atrasados na área de saneamento básico e viu como solução a votação do projeto que institui as diretrizes nacionais para o saneamento.

Quanto às metas de trabalho para este ano, o presidente prometeu concluir a construção de trechos de nove rodovias como a Fernão Dias (divisa Minas Gerais e São Paulo) e a duplicação da Rodovia do Mercosul no trecho de São Paulo até Florianópolis (exceto a área do Cafezal). Na lista de obras a serem concluídas, estão ainda o complexo portuário de Pecém (CE), o aeroporto de Recife e trens urbanos em Porto Alegre (Sapucaia/São Leopoldo), Fortaleza (Caucaia/Aracapé), Recife (TIP/Timbi) e Belo Horizonte (Eldorado/Via Norte). Comprometeu-se a inaugurar até fim do mandato a parte fundamental do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

O presidente classificou como grandes conquistas a estabilidade econômica e os programas sociais. Tratou o desemprego como problema mundial (“a dor-de-cabeça do mundo contemporâneo”) e reconheceu como falha do seu governo apenas a questão energética.

Em todo o discurso, não fez

qualquer referência a pontos sensíveis como a alta taxa de juros (19%), o déficit em transações correntes e a questão do endividamento público. Em janeiro de 1995, a dívida líquida do setor público somava R\$ 153 bilhões (30,05% do Produto Interno Bruto). Em dezembro do ano passado, saltou para R\$ 660 bilhões (53,3% do PIB).

“Nem tudo foram glórias. Houve momentos de lacunas de investimento, mas ele foi retomado. Essa lacuna pesou, houve enganos. Houve erro de concepção de modelo e na sinalização para o mercado do que era e não era possível fazer”, disse, sobre a energia. Anunciou que até o fim do governo vai lançar o edital para construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA).

Ao falar sobre a violência, Fernando Henrique rebateu as críticas de que o Plano Nacional de Segurança Pública não saiu do papel. Segundo ele, entre os anos de 2000 e 2001 foram repassados R\$ 1,3 bilhão aos Estados.

O presidente tentou provar que a estabilidade não foi conquistada às custas de uma recessão. Ele apresentou dados que mostram que o crescimento acumulado da economia nos sete anos de governo foi de 24,9%.

“Em nenhum ano, houve crescimento negativo. Houve crescimento baixo”. Com tabelas e gráficos, fez questão de dizer que o trabalhador saiu-se beneficiado com o Plano Real. “O salário mínimo nunca foi tão alto na nossa história”.

O presidente também defendeu-se das críticas de que a indústria está sucateada: “A produtividade aumentou, dobrou o investimento e ainda há gente que diz que a indústria está sucateada. Baseada em quê? Em nada”. Negou ainda que as empresas brasileiras estejam nas mãos dos estrangeiros. “A tese da desnacionalização não é verdadeira. Num certo sentido houve penetração do capital estrangeiro, mas não houve a perda do controle”.

Sobre o desemprego, reforçou que não cruzou os braços. “Não foi por graças da natureza não ter havido uma explosão do desemprego”. Reconheceu que o setor da construção civil precisa de um impulso maior. O presidente citou como marcos a quebra do monopólio da telefonia e do petróleo. Aos ministros, pediu empenho para afastar o clima de fim de governo. “Um país não se muda em um ano ou em dez, mas lançamos as sementes do Estado de Bem-Estar Social”.



No balanço dos sete anos de seu governo, presidente diz que seria 'ridículo' pensar em uso da máquina estatal